

***Denominações de Origem
e o Desenvolvimento
Regional. O Exemplo do
Pampa.***



ISSN 1982-5390

Dezembro, 2007

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro de Pesquisa de Pecuária dos Campos Sulbrasilieiros
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Documentos 69

***Denominações de Origem
e o Desenvolvimento
Regional. O Exemplo do
Pampa.***

Marcos Flávio Silva Borba

Embrapa Pecuária Sul
Bagé, RS
2007

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Pecuária Sul

BR 153, km 603 - Caixa Postal 242

CEP 96401-970 - Bagé, RS

Fone/Fax: (0XX53) 3242-8499

<http://www.cppsul.embrapa.br>

sac@cppsul.embrapa.br

Comitê Local de Publicações da Embrapa Pecuária Sul

Presidente: Alexandre Varella

Secretário-Executivo: Ana Maria Sastre Sacco

Membros: Eduardo Salomoni, Eliane Mattos Monteiro, Eliara Freire Quincozes, Graciela Olivella Oliveira, João Batista Beltrão Marques, Magda Vieira Benavides, Naylor Bastiani Perez

Supervisor editorial: Comitê Local de Publicações - Embrapa Pecuária Sul

Revisor de Texto: Comitê Local de Publicações - Embrapa Pecuária Sul

Normalização bibliográfica: Graciela Olivella Oliveira

Tratamento de ilustrações: Kellen Pohlmann

Editoração eletrônica: Kellen Pohlmann

Fotos da capa:

1ª edição (2007)

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

**Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Pecuária Sul**

Borba, Marcos Flávio Silva.

Denominações de origem e o desenvolvimento regional: o exemplo do pampa / Marcos Flávio Silva Borba. _ Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2007.

(Embrapa Pecuária Sul. Documentos; 69).

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso:

<<http://www.cppsul.embrapa.br/unidade/publicacoes/list/178>>

Título da página da Web (acesso em 31 dez. 2007).

ISSN 1982-5390

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Pastagem natural. 3. Carne. 4. Rio Grande do Sul. I. Título. II. Série.

CDD 630.5

© Embrapa, 2007

Autores

Marcos Flávio Silva Borba

Dr. Agroecologia e Desenvolvimento Rural
Sustentável

Pesquisador Embrapa Pecuária Sul

E-mail: mborba@cppsul.embrapa.br

Sumário

Introdução	6
Qualidade de produtos X Qualidade ambiental.....	9
A IGP como estratégia: necessária, mas não suficiente.....	10
Considerações Finais	14
Bibliografia	15

Denominações de Origem e o Desenvolvimento Regional. O Exemplo do Pampa

Marcos Flávio Silva Borba

Introdução

Dois elementos intrínsecos à realidade atual da produção primária são de interesse para o propósito deste documento. Por um lado o estado de crise vivenciado pelo setor agropecuário, qualificada por alguns como a “maior crise do setor primário nos últimos 40 anos”. E por outro a sustentabilidade ambiental dos ecossistemas naturais, em nosso caso os campos da região do Pampa gaúcho.

A crise setorial merece atenção especialmente por seu caráter ambíguo, ou seja, ora é causa ora é consequência. É causa quando utilizada para justificar a necessidade de avanços tecnológicos constantes, maiores graus de mercantilização da produção, aumento de escala e maiores subsídios do Estado. E é consequência na medida em que é, em última instância, fruto da aplicação de tais medidas com padrões tecnológicos orientados a produções físicas crescentes cada vez mais dependentes de insumos e de mercados cada vez mais distantes.

Na perspectiva vigente sobre o “desenvolvimento regional”, maiores inserções no mercado internacional e maior intensificação tecnológica constituem o caminho para a superação da crise. No entanto, quando situamos a realidade no âmbito das noções de cadeia produtiva, percebe-se claramente que tais estratégias promovem uma brutal transferência de

capital do setor primário a outros setores da economia nacional e internacional, além, obviamente de elevados impactos socioambientais com a destruição das relações ecossistêmicas, exclusão e diferenciação social no campo.

Apesar de todas as evidências em contrário, atualmente ainda pode-se observar, na concepção de políticas públicas e das representações setoriais dominantes (classe produtora capitalista), o fomento a modelos produtivistas e descontextualizados que sistematicamente desconsideram qualquer dimensão que não seja a econômica ou o ganho com lucro, sustentados por uma visão que ao não respeitar os limites biofísicos e nem seus impactos sobre as complexas interações ecossistêmicas e socioculturais, têm contribuído para o aprofundamento da crise que, portanto, é ecológica, é social e é econômica ao mesmo tempo. É de difícil compreensão o fato de que, em nome de um pretenso desenvolvimento, setores importantes da agricultura defendam interesses contrários aos seus interesses de classe, ao insistir na adoção de um modelo de produção que ao mesmo tempo transfere capital para setores “antes e depois da porteira” e depreda a base do próprio modelo de produção primária que é o conjunto dos recursos naturais (solo, água, biodiversidade).

Somente a partir da compreensão sobre tal situação poderemos entender o caráter contraditório presente no contexto dos debates e das ações sugeridas como estratégias de superação da crise. Para o caso da realidade regional podemos tomar o caso da pecuária para verificar que enquanto surge a temática das “denominações de origem”, mais especificamente as Indicações Geográficas Protegidas, como alternativa para garantir e/ou melhorar o acesso ao mercado dos seus produtos, portanto, uma estratégia que depende fundamentalmente das qualidades ecossistêmicas e de sua sustentabilidade, politicamente os produtores enquanto classe, através de suas representações, defendem a monocultura de grande escala produtora de commodities (eucalipto e soja, por exemplo) que justamente representa o fim de características e interações ecossistêmicas importantes, bem como a apropriação do território por agentes econômicos exógenos através da entrada crescente do capital internacional no controle da produção e na apropriação via novos pacotes tecnológicos.

Cabe perguntar como se pretende resolver a contradição entre uma estratégia que propõe diferenciar os produtos pecuários em função da qualidade ambiental e as “soluções para o subdesenvolvimento regional”, rotundamente contrárias? Enquanto a IGP depende da conservação e até ampliação da biodiversidade, as “novas” propostas contribuem definitivamente para a destruição desta mesma biodiversidade.

Este documento tem a intenção de trazer para discussão alguns aspectos que, na concepção do autor, precisam ser considerados na proposição e construção das “denominações de origem”, mais especificamente sobre as Indicações Geográficas Protegidas e sua importância para o desenvolvimento territorial. O documento basicamente visa sugerir estratégias de atuação para as instituições de Ciência & Tecnologia da região sul do Rio Grande do Sul (PAMPA) no âmbito do debate e do conjunto de ações desenvolvidas atualmente em torno do assunto. Para tanto tomamos o exemplo da carne, por se tratar do principal produto regional.

Antes de avançar, cabe destacar que ações neste sentido podem ser de grande significado para o desenvolvimento regional, visto que o crescimento futuro do mercado de carnes estará condicionado, entre outras coisas, pela capacidade de diferenciação não só do produto, mas sobretudo dos processos produtivos, onde as relações entre produção e ecossistemas naturais terão cada vez mais importância ao ponto de determinar o que será e o que não será aceito por consumidores cada vez mais conscientes. Neste aspecto podemos identificar não só uma tendência, mas sobretudo uma necessidade de que o conceito de qualidade aplicado a produtos alimentares como a carne deixem de referir-se apenas ao produto per se para incorporar aspectos relativos a todo o processo de produção. Processos produtivos que usarem de forma equilibrada os recursos naturais, inclusive aumentando a diversidade de espécies manejadas, sem resíduos químicos prejudiciais a saúde e ao ambiente e que não contribuam para a exclusão social, serão garantia aos consumidores e devem ser usados para melhorar o valor dos produtos regionais.

Qualidade de produtos X Qualidade ambiental

No caso da carne, observando as tendências de consumo, fica evidente que a região Pampeana do Rio Grande do Sul está em posição potencial de oferecer um produto capaz de atender as necessidades dos consumidores mais exigentes, especialmente, no que se refere a segurança do alimento, considerando aspectos saúde e nutrição e qualidade. Isso em função da possibilidade de se utilizar aspectos relacionados com a potencial qualidade ambiental encontrada nos ecossistemas campestres predominantes na região. Qualidade esta dada pela alta qualidade forrageira presente na diversidade de gramíneas (mais de 400 espécies) e leguminosas (150 espécies), pela ausência de poluição química, pela beleza da paisagem, associada a condição invejável em matéria de segurança alimentar tanto em relação a BSE (“Vaca louca”) quanto a outras enfermidades que implicam riscos para a saúde humana. Está cada vez mais claro que sistemas pastoris oferecem as maiores garantias nesse sentido.

Quanto à saúde e nutrição, as carnes sul-riograndenses têm excelentes possibilidades de diferenciação. A alimentação a pasto dos animais, o tipo de gordura, a ausência de uso de anabolizantes e o reduzido uso de antibióticos, permitiriam diferenciar as carnes da Pampa Gaúcha como produtos naturais. Ainda mais quando os principais concorrentes internos são os estados do Centro-Oeste e do Norte, cujos sistemas de produção de carnes implicam em drástica redução da biodiversidade dos Biomas Cerrado e Floresta Amazônica. Vislumbramos que a partir do manejo sustentável da riqueza e da diversidade do Pampa, poderíamos não competir em escala, mas sim ofertar um produto de qualidade impossível para outras zonas brasileiras.

Em função disso cremos que, sem qualquer sombra de dúvidas, as características regionais podem proporcionar as bases para a construção de uma Indicação Geográfica Protegida (IGP) que é o nome de uma região, de um local determinado ou de um país, que serve para designar um produto originário dessa área geográfica, cuja qualidade ou reputação possa ser atribuída ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e/ou humanos.

A IGP como estratégia: necessária, mas não suficiente.

A IGP tem que demonstrar que pelo menos uma parte do seu ciclo produtivo tem origem no local que lhe dá o nome e que tem uma "reputação" associada a essa mesma região, de tal forma que é possível ligar algumas das características do produto aos solos ou ao clima ou às raças animais ou às variedades vegetais ou ao saber fazer das pessoas dessa área.

Deve-se evidenciar, no entanto, que apesar da IGP ser uma estratégia de grande capacidade para diferenciação de produtos, esta pode ser insuficiente quando do que se trata é do produto carne, atualmente alvo de desconfianças por parte dos consumidores, especialmente nos países "ricos", em função de processos produtivos carentes de ética como é o caso da "Vaca louca", originado pela busca incessante de redução dos custos de produção. Entendemos que a associação de um produto a um determinado espaço geográfico é, cada vez mais, condição necessária para a colocação de produtos de origem animal no mercado, mas por si só pode não ser condição suficiente.

Isso é de grande importância quando se sabe que um produto com certificação de Indicação Geográfica Protegida - IGP - pode dar origem a uma certificação de Denominação de Origem Controlada - DOC - quando suas características se devem essencial ou exclusivamente ao meio geográfico, o que, num futuro não muito distante, pode ser de grande valor ao assegurar maiores garantias de qualidade.

Entretanto, entendemos que seja necessário situar a atual discussão num contexto mais amplo, numa perspectiva de futuro onde estratégias mais efetivas de diferenciação dos produtos regionais sejam concretizadas visando maiores garantias não só de participação nos mercados senão de sustentabilidade dos recursos naturais. Portanto, sem outra intenção que não seja a de avançar/antecipar estratégias mais efetivas de diferenciação da carne regional, propomos uma ampliação dos atuais debates/ações visando o desenho do que seriam as bases conceituais e tecnológicas das futuras estratégias, onde se trataria de vincular efetivamente as características do produto com os solos, o clima, as raças animais, as variedades vegetais, o saber fazer das pessoas.

Aspectos a considerar

A seguir apresentamos alguns aspectos que julgamos não devidamente considerados nos atuais debates/ações:

1) Escasso conhecimento sobre componentes objetivos da qualidade potencial da carne do Pampa

Mesmo sabendo que a constituição de uma IGP designa um produto com características peculiares de uma região, mesmo que ainda não comprovada cientificamente, desde que tais características possam ser atribuídas a essa origem geográfica e cuja produção, processamento, transformação ou elaboração ocorram na área geográfica delimitada, é necessidade fundamental superar a deficiência de conhecimentos objetivos sobre os componentes da qualidade da Carne do Pampa. Isso para que se possa relacionar as características do produto com as condições ambientais dos campos do Pampa. Apesar de concordar com a possibilidade de que carnes oriundas de animais provenientes de ambientes naturais ricos em diversidade vegetal possam apresentar aspectos diferenciais de qualidade, especialmente quanto à composição das gorduras, esta hipótese não está devidamente testada para suportar tal afirmação. Tais estudos deveriam acompanhar a proposição da IGP, de forma que se expresse uma visão de futuro como pode ser a obtenção de uma Denominação de Origem Protegida para a carne do Pampa Gaúcho.

2) Destruição dos recursos naturais (campos) que são a base da IGP proposta

Sabidamente os ecossistemas campestres do sul do Rio Grande do sul comportam uma formação vegetal impar, com grande diversidade de espécies vegetais e animais. Entre as plantas encontramos muitas espécies endêmicas em especial entre as famílias das cactáceas e bromeliáceas. Outras são de excelente valor forrageiro (gramíneas e leguminosas). A riqueza desta biodiversidade depende, no entanto, de complexas relações e interações entre seus diferentes componentes, muitas delas ainda não bem conhecidas. Pois, atualmente estamos assistindo ao avanço da destruição destas intrincadas relações ecossistêmicas por sistemas de monoculturas (soja e eucalipto), altamente dependentes de insumos

químicos e energéticos, cujos efeitos sobre a diversidade de formas de micro, meso e macro fauna, além da vegetação natural, das reservas hídricas e da própria paisagem, podem conduzir à ruptura de processos primordiais de manutenção da produtividade biológica dos ecossistemas. Portanto, não podemos conceber a proposição de uma estratégia de diferenciação de produtos assentada nas características ecológicas e socio-culturais da região – como a IGP Carne da Pampa - de forma descolada de uma discussão sobre a sustentabilidade dos recursos naturais da região em questão. A desconsideração de tal dimensão nos levará a correr o risco de fragmentar a área definida para a IGP em função de atividades econômicas extremamente nocivas à manutenção das próprias características que deveriam dar sustentação a IGP (a Pampa).

3) Necessidade de formatos tecnológicos que suportem o conceito de qualidade

A insuficiência da simples associação entre um produto e um determinado espaço geográfico deriva do fato que isto não significa por si só a garantia de que os sistemas de produção estejam calcados em formatos também diferenciados de produção, ou seja, não é suficiente apenas apoiar estratégias de marketing de um produto potencialmente diferente, sem questionar que ao fim e ao cabo o processo produtivo que o suporta está apoiado pelos mesmos aportes tecnológicos convencionais cujo potencial de interferência nas relações ecossistêmicas é largamente conhecido. Portanto, a discussão sobre a IGP deveria incluir o desenho de novas bases tecnológicas para a produção de carne sobre os ecossistemas campestres do Pampa. Isto é, um produto diferenciado em função da qualidade dos recursos naturais e socioculturais somente poderá ser gerado em base a formatos tecnológicos que otimizem e preservem tais recursos.

4) Necessidade de situar a IGP no contexto da Construção Social da qualidade⁴

A elaboração social da qualidade é uma proposta original de Fragata (1999) para ser aplicada na produção de carnes e queijos com Denomina-

⁴Preparado a partir de Gomes & Borba (2000). Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável - N°3 Jul/Set 2000

ção de Origem Protegida (DOP) e de melões com Indicação Geográfica Protegida (IGP). A DOP está baseada em práticas específicas qualitativamente diferenciadas, existentes em uma região geográfica homogênea e em conhecimentos identificados como próprios dos produtos, o que lhes confere o diferencial de qualidade. A IGP pretende aproveitar indicadores de qualidade baseados em referenciais menos objetivos, mas utilizando a imagem positiva específica do meio ambiente de uma determinada região. A produção social da qualidade é possível a partir de convenções entre os atores sociais e está sustentada teoricamente por alguns princípios básicos. Como as relações entre os atores ganham protagonismo, há que utilizar pressupostos teóricos que possibilitem evidenciar claramente suas estratégias. Para isso os princípios da pesquisa participativa e a transdisciplinariedade são os mais adequados, o que significa uma ruptura epistemológica, ou seja, da forma como o conhecimento é construído, para a maioria dos programas de desenvolvimento e investigação (e também para os próprios pesquisadores e agentes de desenvolvimento), amiúde pouco acostumados ao emprego deste tipo de metodologia.

A inserção da IGP na perspectiva da construção social da qualidade requer mudanças de formatos tecnológicos que possibilitem a elaboração social da qualidade e a obtenção de alimentos ambientalmente sãos. O que não é fácil: há que superar barreiras teórico-epistemológicas e metodológicas na produção do conhecimento; barreiras institucionais, no sentido de instalar práticas mais abertas e que considerem novas necessidades que só poderão ser atendidas a partir de mudança nas instituições; e, inclusive, barreiras ideológicas, ainda existentes em alguns campos profissionais. A proposta da produção social da qualidade deve estar voltada a uma agricultura que centre sua preocupação na dimensão social, territorial e ambiental, e não em "uma agricultura dualista, na qual aos pobres sobriam os alimentos de má qualidade, produzidos por poucos agricultores ricos e onde os ricos consumiriam alimentação de alta qualidade produzida por agricultores pobres" (Dufour, 1999).

Considerações Finais

Entendemos que a grande oportunidade da região do Pampa Gaúcho é construir a sua imagem como região sustentável de produção e transformação de produtos alimentares e matérias primas de alta qualidade. No entanto, deve-se reafirmar que uma “denominação de origem” é mais que um simples selo que por si só garante a qualidade. Para finalizar: “Para que uma indicação geográfica possa ser protegida como tal, é necessário que não tenha se transformado em sinônimo do produto ou serviço em si, passando a corresponder ao nome comum pelo qual estes são conhecidos. A vulgarização lhe retira distintividade, e sem esta não há proteção”. O êxito de uma estratégia de “denominação de origem”, portanto, depende de que esta esteja fortemente vinculada com uma estratégia de desenvolvimento regional e não surja apenas como oportunidade de auferir maiores ganhos para um pequeno grupo. Sendo assim, recobra importância a noção de território, o qual é composto por um conjunto de relações e fluxos, por um acúmulo histórico, pela identidade e pelo ecossistema. Para o caso do Pampa brasileiro, a reconstituição da identidade a partir de um conjunto de significados culturais, associado à capacidade de reproduzi-la na mudança e à conservação dos recursos naturais é algo primordial para que estratégias de denominação de origem possam redundar em benefícios de âmbito regional. Um benefício que deve passar pela evolução da IGP para uma DOP de seus produtos, algo que somente será possível se a região do Pampa, através de seus atores sociais, conseguir a tempo reverter uma tendência de destruição de suas bases ecossistêmicas. Ou seja, a sociedade regional precisa definir com urgência até onde quer ceder o espaço de seu território para o desenvolvimento de outros ou assumir em definitivo o controle de seu próprio processo de desenvolvimento. E, neste contexto, as instituições de P&D da região têm papel crucial a cumprir, tanto como atores importantes que devem contribuir criticamente no debate sobre estratégias próprias de desenvolvimento territorial, como na elaboração de formatos tecnológicos que valorizem os potenciais e as particularidades regionais e não os destruam na tentativa de adaptá-los a modelos tecnológicos normativos.

Bibliografia

DUFOUR, F. Os sábios loucos do agro-alimentar. ***Le Monde Diplomatique***, v. 1, n. 4, p. 6-7, 1999.

Embrapa

Pecuária Sul

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

